



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022

Processo Licitatório nº: 06.443/2021

Processo Recurso nº: 05.865/2022.

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2022.

OBJETO: Aquisição, sob demanda, de GÁS GLP A GRANEL- CILINDRO DE 190 KG, para atender às necessidades do Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, pelo período de 12 meses.

Trata-se de **RECURSO** interposto pela empresa, **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, onde declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Recurso Administrativo, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Recurso.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão III

Conforme consta, após concluída a fase de lances e verificados os documento de habilitação do Pregão Eletrônico que integra o Processo 06.443/2021. A empresa **SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA**, manifestou a intenção de interpor recursos. A referida empresa apresentou suas alegações contra a empresa COMPANHIA ULTRAGAZ S.A, referente a etapa de habilitação do certame. Abrimos o prazo para recurso conforme preconiza o Decreto 1024/2019 Art. 44, § 1º. As razões do recurso de que trata o **caput** deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

Por uma simples análise do presente Recurso, verifica-se que o mesmo foi enviado com os requisitos necessários para sua apreciação, apresentando-se com os documentos necessários e tempestivamente, reunindo as hipóteses legais intrínsecas e extrínsecas de admissibilidade.

II. DAS ALEGAÇÕES DA SOLICITANTE

Alega a RECORRENTE, em síntese:

Que "os documentos apresentados pela ... licitante, doravante Recorrida, a Recorrente constatou que a publicação do ato constitutivo (estatuto social) por ela apresentado, não está registrado na Junta Comercial afrontando à cláusula 17.3 do edital e estando em desconformidade com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conhecida como Lei das S/A)..."

Afirma ainda que, "a Recorrida também apresentou a Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho de outra filial deixando de atender a cláusula 18.7 do edital..."

Afirma que a recorrida, "...Ainda, deixou de apresentar o documento exigido no item 19.1.1.1" , qual seja "DECLARAÇÃO PASSADA PELO FORO DE SUA SEDE OU QUALQUER OUTRO DOCUMENTO IDÔNEO QUE INDI-QUE OS CARTÓRIOS OU OFÍCIOS DE REGISTRO QUE CONTROLAM A DISTRIBUIÇÃO DOS PEDIDOS DE FA-LÊNCIAS E CONCORDATAS."



Comissão de Pregão III

E por fim, alega ainda que "a Recorrida deixou de comprovar o exigido no item 19.2 do edital: 19.2 Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais."

III. DAS CONTRARRAZÕES

Conforme informado pelo sistema Compras nenhuma das empresas apresentou contrarrazões dentro do prazo exigido.

IV. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,



Comissão de Pregão III

da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos."

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA.

Importante salientar que a pregoeira e a comissão ao analisar os documentos de habilitação das empresas vencedoras dos certames licitatórios, se pautam na verificação das exigências dispostas no instrumento convocatório.

Assim, quanto ao Estatuto Social da empresa consta registrado na JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) sob o nº de Protocolo 0.336.585/21-4. Quanto a documentação de Regularidade Fiscal e Trabalhista apresentada, foi possível verificar respectiva regularidade trabalhista da filial participante da licitação, conforme determina o item 16 do edital, assim com validade da mesma de 05/04/2022, através da integração automática do SICAF com o sistema emissor de certidões do sistema do Tribunal Superior do Trabalho – TST. Quanto à Certidão de Falência Concordata expedida pela comarca de Duque de Caxias, sede da filial participante da licitação, de fato a empresa não encaminhou o documento que trata o item 19.1.1.1, não tendo esta pregoeira diligenciado, na ocasião, solicitando a empresa o envio de tal documento, de forma complementar, conforme autoriza o próprio texto do item 19.1.1.1 do edital. Quanto a Certidão de Falência e Concordata da Matrix pode ser verificado na própria Certidão de Falência e Concordata, emitida pelo poder judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, fls. 340 dos autos, a mesma abrange todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo, atendendo assim, s.m.j. a comprovação que trata o documento complementar exigido no item 19.1.1.1 do instrumento convocatório. Por fim, conforme verificado no Estatuto Social da empresa



Comissão de Pregão III

recorrida, a empresa comprova Capital Social no valor de R\$ 1.035.385.011,07 (um bilhão, trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sete centavos), bem acima do mínimo requerido para a contratação de aproximadamente R\$ 10.630,62 (dez mil seiscentos e trinta reais e sessenta e dois centavos).

IV. DA DECISÃO

Diante disto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sustentado pelo parecer jurídico da Procuradoria Geral municipal, parte integrante desta decisão, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 16/2022, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela **INABILITAÇÃO** da empresa **COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.** O Item vencido pela recorrida retornará a fase de julgamento das propostas.

Nova Friburgo, 24 de março de 2022.

Fernanda Medeiros Rodrigues
Pregoeira Substituta – Comissão de Pregão III
Matricula: 468.036